

Defending the Land: Sovereignty and Forest Life in James Bay Cree Society

Annie Lamontagne¹

Resumen:

O livro *Defending the Land: Sovereignty and Forest Life in James Bay Cree Society* (1998 e 2009, em segunda edição), de Ronald Niezen, apresenta a trajetória das relações entre os Cree da Baía de James, no Québec, e a sociedade nacional quebequense.

Palavras-chave:

População indígena.

Introdução

O livro *Defending the Land: Sovereignty and Forest Life in James Bay Cree Society* (1998 e 2009, em segunda edição), de Ronald Niezen, apresenta a trajetória das relações entre os Cree da Baía de James, no Québec, e a sociedade nacional quebequense. A leitura da obra de Niezen que apresentamos foi pensada a partir dos conceitos de Roberto Cardoso de Oliveira e Darcy Ribeiro. Pois Niezen investiga e ilustra o processo e os mecanismos de transformação da população indígena num contexto de fricção interétnica (Cardoso de Oliveira, 1996), e vai além das categorias de integração propostas por Ribeiro, apontando, assim, o ressurgimento dos valores essenciais da nação Cree, incluindo as relações homem-animal espiritualmente integradas e o retorno à simplicidade e ao poder curativo da vida na floresta, depois de atingir um nível superior de integração (Ribeiro, 1979).

Os Cree constituem um grupo especial por identificar-se intimamente com a economia informal da floresta, baseada na pesca, caça em geral e, especialmente, na caça com armadilha e, ao mesmo tempo, por ter resistido à dominação política da sociedade nacional. Para isso, eles negociaram com a sociedade nacional o controle e a administração de suas terras, valendo-se de inteligentes manobras junto às instituições canadenses, inclusive judiciais, e de estratégias de defesa de seus interesses de uso das terras.

O Autor e seu livro

Ronald Niezen é professor de antropologia da Universidade McGill em Montreal, Canadá, doutor pela Universidade de Cambridge (1981). Ele fez trabalhos de campo com os Songhay em Mali, e as comunidades Cree em Quebec, Ontário e Manitoba, e os Sami na Finlândia. Foi professor na Universidade de Harvard e professor convidado nas Universidades de Winnipeg e Åbo Akademi na Finlândia. Seu outro livro, *The Origins of Indigenism*, apresenta uma variedade de perspectivas sobre o lobby transnacional dos povos indígenas e das organizações não governamentais.

Na Introdução dessa obra, Niezen explicita as motivações que o levaram a trabalhar com um povo que conseguiu desafiar as tendências de homogeneização cultural no passado e no futuro próximo. Para ele, apesar das missões, dos pensionatos, da construção de várias hidrelétricas, do deslocamento de aldeias e de outros agentes de mudança cultural, os Cree da Baía de James, no norte de Quebec, mantiveram não só suas conexões básicas com a caça (especialmente a caça de armadilha) e a pesca, mas também se tornaram atores importantes para a “política do constrangimento” frente ao Estado. Essa condição lhes permitiu alcançar a autonomia regional e resistir às ameaças de projetos com impacto sobre seus recursos naturais com proporções ainda maiores. Os Cree criaram uma ponte entre o modo de vida da floresta e as demandas de desenvolvimento administrativo e de luta política, entre a tradição e a burocracia.

O livro objetiva desconstruir duas concepções errôneas da sociedade Cree, ou seja, primeiro, que burocratas e caçadores não se misturam, e, segundo, que o uso da autonomia administrativa de parte dos Cree lhes dá os meios de defender sua cultura como uma sociedade distinta perante as políticas radicais de soberania. Niezen responde brevemente a essas posições na “Introdução”, enfatizando que o uso de tecnologia e o desenvolvimento de instituições burocráticas tiveram certo impacto, porém, serviram para valorizar mais que comprometer a vida da floresta. Ele assegura que o principal objetivo da soberania Cree consiste em uma inclusão justa, negociada, em que sua nação seja respeitada dentro do

1. Agradeço a Rodrigo Paranhos e Thais Nogueira Brayner pela releitura e pelos comentários.

Estado canadense, promovendo, assim, um exemplo interessante de nacionalismo dentro da nação (Ramos, 1998), que se opõe a um nacionalismo étnico com objetivos separatistas.

Niezen não nega a presença e a pressão dos fenômenos de aculturação (Ribeiro, 1979) e de dominação política que, de certa forma, ameaçariam o modo de vida na floresta e os ensinamentos que decorrem dele. No entanto, o autor sublinha a falta de reconhecimento da atuação dos líderes nativos educados na sociedade nacional, dos anciões, dos membros da comunidade que estão buscando reverter os ciclos de patologias sociais crescentes e, com isso, restabelecer o bem-estar compreendido na forma holística acima mencionada. Niezen quer ressaltar as respostas locais à crise social como uma hipótese de “uma sociedade [que] pode sobreviver grandes dificuldades se puder manter as habilidades de resistência e de cura holística” (p. 8).

Para isso, em uma perspectiva histórica, o autor procura discutir os desafios e as soluções que os Cree têm experimentado em sua relação com a sociedade nacional. No primeiro capítulo, o autor apresenta uma introdução aos vários processos de modernização que tendem a estabelecer padrões culturais mais universais entre os Cree e, também, como eles têm conseguido adaptar-se a essas mudanças. Em “Living on the Land”, em uma perspectiva etnológica e histórica, Niezen assinala o significado que os Cree atribuem à floresta e às suas terras ancestrais. Em “The Origins of a Dual Lifestyle”, o autor discute a influência da chegada dos euro-canadenses sobre as etnias autóctones e como ocorreram as mudanças na vida econômica e social das comunidades indígenas em virtude das missões e da demanda do comércio de peles. No capítulo “Negotiated Transformations”, ele explicita os interesses das partes indígena e nacional no megaprojeto de barragens hidrelétricas na Baía de James e, também, o caminho percorrido pelos Cree até assinar o Acordo da Baía de James. Em “Crisis and Accommodation”, Niezen apresenta as consequências sociais do Acordo, da redefinição dos programas de educação e da autonomia Cree na área da saúde. O Acordo não trouxe uma paz duradoura porque as consequências ambientais e sociais da primeira fase do projeto hidrelétrico foram avaliadas apenas nos anos seguintes. Por fim, em “Struggles over Sovereignty”, Niezen discute as estratégias dos Cree para conseguir formas de soberania nas suas terras ancestrais, como aprenderam as formas de luta através das cortes canadenses e como são eficazes na sociedade nacional as campanhas publicitárias con-

cebidas enquanto “política do constrangimento”.

Na segunda edição do livro, feita dez anos após o seu lançamento, Ronald Niezen acrescenta às suas conclusões um epílogo com novos dados. Neste ele busca discutir o Acordo sobre a Nova Relação entre os Cree e o governo de Quebec, os paradoxos da hiper modernidade no contexto de uma nação étnica, seu papel na liderança das lutas transnacionais em prol do reconhecimento dos direitos indígenas e os seus reflexos sobre sua identidade cultural baseada em uma vida simples e uma economia de subsistência.

Histórico sócio-político da região

Os 12 mil Cree que vivem na Baía de James teriam sido classificados por Darcy Ribeiro, nos anos setenta, como grupos com contato intermitente. Porém, importantes transições aconteceram depois da Declaração de 1972, do Primeiro Ministro do Quebec, Bourassa, a respeito da construção do projeto de uma grande hidrelétrica no Rio La Grande. Apesar das terras que seriam inundadas serem consideradas ancestrais para os Cree, eles não foram consultados sobre o projeto.

Até o início da década dos 70, em razão dos fatores culturais e climáticos, as lideranças Cree tinham contatos esporádicos e informais com a sociedade nacional. As famílias passavam os longos meses de inverno isoladas em territórios de caça e, durante os dois ou três meses de verão, se encontravam nas comunidades para ver os familiares distantes, trocar notícias e bens e se preparar para outro longo inverno.

O governo incentivou a criação da união dos líderes Cree, que se mobilizaram para opor-se legalmente ao projeto. Com isso, inicialmente, os Cree conseguiram uma moratória jurídica para a construção, que, por sua vez, vigorou por um curto espaço de tempo, já que a Corte Suprema de Quebec anulou a primeira decisão em apelação. Mesmo assim, o sucesso temporário da ação legal e a promessa de ações futuras motivaram o governo de Quebec, junto com o governo federal e os representantes Cree e Inuit, a negociar o Acordo da Baía de James e do Norte quebequense. Esse Acordo outorgou ao governo de Quebec a jurisdição sobre as terras do projeto das hidrelétricas e a inclusão administrativa das comunidades Cree e Inuit dentro do sistema provincial. Ao lado da questão central do uso das terras e dos royalties, que, apenas em 1998, teriam rendido cerca de 255 milhões de dólares canadenses, os Cree negociaram um plano de autonomia regional para educação, saúde e

segurança social. Assim, ficou garantida a renda para os caçadores e suas famílias, que passam a maior parte do ano na floresta.

Os impactos do Acordo se fazem sentir até hoje. A construção das hidrelétricas e as subsequentes inundações obrigaram os nativos a amplos ajustes no seu modo de vida na floresta. O deslocamento das aldeias causou também grande estresse emocional. Os ajustes tornaram-se uma rotina e o governo de Quebec anunciou planos de construção de novas hidrelétricas no rio Grande Baleia e no sistema fluvial do rio Rupert. A oposição Cree a esses projetos fez nascer um novo tipo de liderança em nível internacional. Os esforços de lobby dos Cree contra o projeto de Grande Baleia concentraram-se em evidenciar que estes estavam sofrendo impactos em seu modo de vida por sustentarem a demanda de energia elétrica dos Estados Unidos.

A autonomia regional do Cree se apresentou como uma faca de dois gumes para o governo de Quebec. Por um lado, a efetiva inclusão dos nativos no sistema administrativo gerou uma imagem positiva para a província que, enquanto nação, mostrou saber lidar com a questão indígena. Por outro lado, o Acordo não conseguiu cultivar uma relação baseada na cooperação entre o governo e a liderança indígena. Nos anos seguintes, as relações entre a sociedade indígena e a sociedade nacional se caracterizaram pela “política do constrangimento”, isto é, no uso da mídia e das relações públicas para expor as inconsistências e injustiças da ação governamental, não só em nível nacional, mas também internacional.

A economia da floresta

Do ponto de vista do governo, a autonomia regional visava a uma integração maior dos Cree com a administração nacional. No entanto, do ponto de vista Cree, ela possibilitou também oportunidades para reforçar o apego à vida na floresta. Os Cree já usavam há décadas ferramentas e bens manufaturados vindos de fora de suas comunidades sem que isso representasse uma diminuição de seu amor pela terra ou a perda de sua relação espiritual com os animais caçados.

Portanto, ironicamente, a economia da floresta constituiu a pedra fundamental da crescente atuação política dos Cree. A caça, pesca e caça com armadilha como modo de vida manteve ininterruptamente a consistência da cultura Cree e gerou tanto o impulso local para a própria subsistência quanto o reconhecimento inter-

nacional na esfera política. O apego à vida na floresta orienta os esforços recentes para reformar a administração da justiça, os serviços sociais e de saúde, a fim de aumentar sua consistência sob uma ótica indígena de resolução de conflitos e em uma abordagem holística do bem-estar emocional e físico. A vida na floresta oferece a essa visão do mundo Cree um potencial de aperfeiçoamento pessoal.

A transfiguração étnica dos Cree²

O modo de vida Cree revela a convivência entre o tradicional e os avanços tecnológicos. Apesar das aldeias serem acessíveis por carro, ainda hoje, encontram-se sinais da perpetuação da vida à base da caça (crânios e chifres de animais caçados, crianças treinando com atiradeiras, redes de pescadores secando, entre outras coisas). Nos assentamentos da floresta, depara-se com meios de transporte motorizados (4 WD, snowmobiles, canoas com motores) e vários equipamentos avançados (motosserra, transceptores, estojos de primeiros socorros), que ajudam as pessoas a melhorar a sua qualidade de vida. Para aqueles que trabalham ou estudam nas comunidades, a tecnologia é imprescindível para o deslocamento rápido e as curtas estadas nos assentamentos da floresta.

A mera existência desse modo de vida dualístico releva algo inusitado, já que a sobrevivência na floresta exige conhecimentos adquiridos, antes de tudo, pela experiência, e as pressões exercidas em prol do “desenvolvimento” ou da conquista da natureza estão assentadas fortemente nas aldeias indígenas. Niezen argumenta que o comércio de peles não ameaçou, em si, o modo de vida na floresta, pois os caçadores Cree o enfrentaram com uma abordagem seletiva e crítica. No entanto, as missões, as escolas e os serviços médicos transformaram o modo de vida dos Cree no sentido de assimilá-lo à sociedade nacional sem muita consideração pela importância cultural da vida na floresta. De fato, essas instituições de aculturação combinaram-se para alterar o sistema de crenças dos Cree, o que se traduz na maior distância cultural entre aqueles que vivem na floresta e na aldeia. Todavia, o autor aponta que os esforços de assimilação de alguns missionários e do governo nem sempre resultaram na destruição cultural indígena. Algumas lideranças com traços biculturais e bem articuladas emergiram dos programas de educação em pensionatos e tornaram-se importantes para a negociação e imple-

2. Ribeiro, 1970.

mentação da autonomia regional e para a proteção do modo de vida na floresta. Em retrospectiva, pode-se concluir que as tentativas de mudar a cultura Cree, antes de tudo, resultaram, antes, em ajustes do que, necessariamente, em destruição.

Transformações negociadas

Em 30 de abril de 1971, o governo de Quebec anunciou o “Projeto do Século” que, com a promessa de criar 125 mil empregos, consistia na construção de doze hidrelétricas na Baía de James. Para gerar 28 mil megawatts de eletricidade, o suficiente para cobrir as necessidades de Nova York e tornar-se o maior complexo hidrelétrico da América do Norte, o governo pretendia investir seis milhões de dólares canadenses. Entretanto, quando um estudante universitário Cree leu a notícia no jornal local, no dia seguinte, ele propôs uma reunião dos chefes Cree para responder à proposta do Projeto. Com isso, um grupo de jovens líderes Cree iniciou, junto com estudantes, uma série de lutas políticas e assumiu a liderança do movimento canadense e internacional de defesa dos direitos dos povos indígenas.

Na época, o Primeiro-Ministro de Quebec, Robert Bourassa, reproduziu a lógica dos cinco séculos de colonização e até concordou com a filosofia política do século XVII, de John Locke, sobre a propriedade e as virtudes do cultivo e da “melhoria” das terras. Os europeus nunca consideraram a caça nômade e a colheita como um direito adquirido de “propriedade” e, por isso, em seus Dois Tratados de Governo, Locke afirma que a propriedade da terra é adquirida pelo seu uso apropriado, ou seja, os proprietários das terras são aqueles que extraem seus recursos de forma mais produtiva. Nesse espírito, Bourassa escreve: “O que antes parecia uma terra inóspita, apenas ocupadas por alguns Inuit e Cree, transformou-se na nova fronteira do Quebec”. O governo se apoiou no orgulho da cultura quebequense despertada pelos mega-projetos do norte da província que, estrategicamente, eram comparados com as grandes obras de ciência e engenharia dos Estados Unidos. No entanto, a motivação preponderante era econômica: 195 mil empregos criados em 10 anos, aos quais se somariam bilhões de dólares ganhos com a venda da eletricidade (cerca de 5,6% do PIB da província em 1996). Essa força econômica permitiria ao Quebec afirmar-se como uma entidade política e cultural autônoma.

Após perderem a ação judicial sobre a inconstitucionalidade da Sociedade de Desenvolvimento da Baía de James e a construção da hidrelétrica ser iniciada, os Cree não tiveram outra opção a não ser negociar o Acordo da Baía de James com o governo quebequense. O governo chegou a propor a inclusão de alguns artigos controversos, que davam garantias ambientais, direitos de pesca e caça e uma compensação de 100 milhões de dólares canadenses. Os Cree tinham como prioridade máxima a proteção das terras e a viabilidade do modo de vida na floresta, ambas vistas como a verdadeira fonte de riqueza e segurança. Os Cree não se opuseram aleatoriamente ao Projeto, ao contrário, procuraram assegurar, acima de tudo, sua autonomia social e econômica. Entretanto, buscando estabelecer um consenso dentro da comunidade, os Cree abordaram o tema consultando os anciões e chefes. Estes recomendaram agir em prol da reconciliação, a longo prazo, ao invés de enveredar pela escalada de conflitos.

O Acordo foi assinado em 1975 e, até 1998, gerou 255 milhões de dólares canadenses para os Cree. O Acordo reorganizou vários serviços antes proporcionados pelo governo federal, o que possibilitou aos indígenas a criação da administração autônoma Cree dentro da jurisdição legal e do governo quebequense. A Comissão de Educação Cree, a Comissão Cree de Saúde, os serviços sociais da Baía de James e os governos locais (substituindo os Conselhos de grupos) foram criados. Além disso, aproximadamente 1% do território ancestral Cree (2.158 de 215.000 milhas quadradas) foi declarado de uso e benefício exclusivos das comunidades Cree. O resto do território ficou sob o controle do governo de Quebec que, por sua vez, permitia a extração de madeira e o desmatamento e consentia aos caçadores do sul ingresso nos territórios, que tornaram-se cada vez mais acessíveis com a construção de estradas. O Acordo liberou o desenvolvimento extrativo do norte e clareou a jurisdição sobre os territórios onde, até então, a responsabilidade federal era indefinida. As escolas e os hospitais passaram para a jurisdição provincial; o financiamento das organizações Cree criadas pelo Acordo deixou de ser compartilhado pelos governos provincial e federal e passou a operar sob o controle das políticas e dos procedimentos de Quebec.

Do ponto de vista Cree, a negociação foi desigual e imposta a eles sem concessões. Pois, caso não concordassem, as obras seriam realizadas à revelia deles. Por isso, eles negociaram aquilo que era possível antes que fosse tarde demais. Contudo, a redistribuição de terras era insuficiente para garantir o modo de vida Cree frente aos

mega-projetos adicionais. O governo de Quebec não cumpriu satisfatoriamente suas obrigações estabelecidas no Acordo. Isso gerou uma falta de confiança dos Cree em relação ao governo de Quebec, independente das obrigações federais decorrentes de tratados históricos. Porém, no início dos anos 80, a principal preocupação da administração Cree era lidar com a autodestruição e a violência que seguiu à construção das estradas, à perda de terras para represas e ao deslocamento das comunidades. A nação Cree tinha atingido o limite de sua capacidade de ajustar-se às mudanças e enfrentava enormes desafios.

Crise e adaptação

A diminuição da participação dos jovens da vida na floresta, o acesso a bebidas alcoólicas e o trauma do deslocamento foram apontados como causas das crises sociais. Os anciões, mediadores tradicionais em casos de conflito, não compreendiam os problemas de dependência de drogas e suicídio. Os traumas ligados à perda dos territórios e ao deslocamento aconteceram simultaneamente com a interrupção dos processos de cura holística. As instituições recriadas (polícia e comissão de saúde) aplicavam, nos primeiros anos, regras e procedimentos herdados da sociedade não nativa sem muitos resultados. Elas eram ineficientes em virtude de funções desdobradas e funcionários inexperientes, e sem legitimidade por ignorância dos costumes locais. Uma das principais fontes de frustração na comunidade foi a abordagem dos problemas comportamentais dos jovens e outros problemas de forma punitiva em vez de buscar o compromisso e a reconciliação. A liderança Cree insistia na inclusão da tradição local nas agências formais e na reintegração à vida na floresta em si, como um contrapeso às patologias sociais.

A administração autônoma dos Cree foi construída por meio da escola, onde ocorria a educação política dos indígenas. A necessidade de respostas para as crises sociais e a garantia de implementação dos programas contribuíram para conscientizar e aumentar a vontade dos administradores. Com isso, os líderes políticos e membros da comunidade se engajaram para mudar essa situação. A oferta educacional melhorou com a especialização em empregos formais: cursos de fabricação de snowshoes, desenvolvimento econômico das bandas, gestão da floresta, secretariado, métodos de administração local e outros. Dessa nova orientação surge uma contradição entre o prestígio que os caçadores tra-

dicionais ainda têm e as vantagens da educação formal, que prepara as lideranças para enfrentar os desafios da administração das agências locais, os contatos com os governos e as manobras das indústrias que ameaçam os recursos naturais dos territórios Cree. Os Cree conseguiram desenvolver um sistema de educação que define e comunica os valores da vida na floresta em língua Cree, para, então, acrescentar as bases do conhecimento e das habilidades do currículo provincial. Assim nasceu uma liderança capaz de agir em função dos interesses Cree e de criar as pontes culturais necessárias à adaptação de uma nova ordem social.

Lutas sobre soberania

A partir dos anos 70, a visibilidade Cree no palco internacional está ligada aos projetos de hidrelétricas e, nos anos 80, à questão da independência do Quebec e dos direitos dos povos indígenas. Entre 1993-1996, os Cree enfrentaram o governo do Canadá para exigir o reconhecimento do direito de autodeterminação dos povos indígenas, a determinação de seu status político dentro do país e o elaboração de estratégias para o seu desenvolvimento econômico, social e cultural. Os Cree buscaram o apoio da comunidade internacional, porque chegaram à conclusão de que, sozinhos, tinham poucas chances de resolver seus problemas, queixas e diferenças com interlocutores governamentais canadenses e quebequenses ou levantando questões apenas em debate interno no país. O Grande Conselho dos Cree tem assento consultivo no Conselho Social e Econômico das Nações Unidas (é uma das 12 organizações indígenas do mundo a ter esta condição), trabalha com outras agências da ONU, participa em grandes eventos mundiais para defender direitos indígenas como Habitat II Conference on Human Settlement (Istambul), World Summit on Food Security (Roma) e o Vienna Human Rights Summit, e propôs uma ação legal no Tribunal Internacional da Água nos Países Baixos contra o Projeto Grande Baleia. Essa atuação trouxe um reconhecimento internacional, que faz com que a “política de constrangimento” seja um instrumento muito eficiente.

Na complexa questão da independência de Quebec, os Cree defenderam que as nações indígenas têm direito à autodeterminação tal qual a nação quebequense. A diferença entre as duas agendas de autodeterminação consiste em que o Quebec busca estabelecer uma separação unilateral do Canadá enquanto a nação Cree pretende realizar uma inclusão no Estado existente, sem pretensão de estabelecer uma autonomia similar a um Estado

indígena separado. Os Cree têm questionado a integridade dos territórios: “Se o Canadá for divisível na base do direito de autodeterminação do Quebec, isso quer dizer que o Quebec também é divisível?” Uma semana antes do referendo provincial, os Cree organizaram um referendo dentro de sua própria nação, com o uso de helicópteros, rádios de floresta e uma grande rede de contatos, que possibilitou que os caçadores votassem sem sair de seus territórios de caça. Dos 77% dos indígenas aptos a votar, a maioria esmagadora posicionou-se a favor da filiação do Quebec ao Canadá. Depois do referendo sobre a independência do Quebec de 1995 (48,7% dos indígenas foi favorável ao Canadá e 49,5% preferia deixar o Quebec emancipado), uma sondagem solicitada pelo Grande Conselho dos Cree mostrou que 2/3 dos quebequenses concordavam com o direito das nações autóctones de permanecer no Canadá com suas terras se o Quebec se separasse.

Epílogo

Dez anos depois da primeira edição, o autor escreveu um epílogo para a segunda edição do livro, lançada em 2009. Nele, o autor examina o período dos limites da persuasão judicial e das negociações adicionais frente a outros projetos de desenvolvimento do governo do Quebec.

Anos de sucesso em campanhas de preservação cultural, autodeterminação política e responsabilidade ambiental resultaram, nos últimos anos, em um realinhamento das relações entre os Cree e o governo do Quebec, pois decidir sobre o futuro da nação não implica enfrentar um inimigo externo. Todavia, os Cree não podem deixar de lutar no nível jurídico para mudar o comportamento das indústrias extrativas que não respeitam a legislação ambiental e o Acordo da Baía de James.

Popularmente denominada de “Paz dos Valentes”, a nova redação do Acordo feita pelo Governo de Quebec, em 2002, foi um marco importante no reconhecimento mútuo dos Cree e do Quebec como nações distintas. Nela, o reconhecimento de “povos” com direitos iguais de autodeterminação e de controle de seus recursos repercute na necessidade de negociações específicas sobre alguns temas. Os Cree não conseguiram superar sua divisão interna. Um grupo queria vincular-se ao Governo do Quebec, a uma visão moderna e mais integrada da economia formal por meio de empregos, dinheiro e crescimento econômico. Os impactos ambientais, inclusive as novas instalações hidrelétricas, seriam as consequências. Por ser mais apegado aos valores cole-

tivos de preservação do ambiente e da integridade do modo de vida na floresta, um outro grupo preferia, pelo contrário, resistir a toda e qualquer forma de desenvolvimento, mesmo que isso significasse a diminuição da prosperidade material. Diante disso, a “Paz dos Valentes” significou que parte dos Cree abandonaria as ações judiciais, que juntas somariam oito bilhões de dólares canadenses decorrentes do descumprimento do Acordo anterior. Além disso, eles aceitaram um novo megaprojeto de hidrelétricas que desvia 50% do volume de água do Rio Rupert, inundando 1000 km² quadrados do território Cree. De forma mais positiva, o novo Acordo tenta resolver grandes questões em relação à gestão da floresta (Model Forest), inclusive determina usar as traplines Cree como unidade básica de gestão territorial. O ganho mais significativo seria a remuneração dos Cree com parte da renda proveniente da venda de energia que, durante os primeiros cinquenta anos (depois disso seria renegociado), está estimada em 70 milhões de dólares canadenses por ano. Isso representa o acordo mais generoso existente entre um Estado e um povo indígena.

Os impactos da construção do novo projeto já se fazem sentir nas comunidades Cree perto do Rio Rupert. De certa forma, elas já enfrentam os desafios comuns às cidades situadas nas fronteiras: inflação local, aumento do custo dos bens de consumo e, com isso, a conseqüente mudança de valores para a vida simples (e difícil) na floresta, redundando na busca de prosperidade material, no aumento do uso de drogas e álcool e no reaparecimento da autodestruição, que afetou as comunidades atingidas pelo primeiro projeto, em 1980.

Ronald Niezen encerra seu livro com algumas indagações sobre o futuro: o que pode realizar uma sociedade indígena quando alcança uma prosperidade financeira igual à da maioria das outras sociedades? Até que ponto uma integração maior na economia industrial gera perda de valores básicos associados ao modo de vida na floresta? A partir dessas inquietações, o autor evoca algumas possibilidades para o futuro dos Cree:

- o desenvolvimento do uso de energia alternativa: 1100 moinhos de vento em um corredor de 350 milhas de território Cree;
- o uso de tecnologias de informação e comunicação: o Instituto Cultural Cree, criado através de uma parceria entre anciões Cree e geógrafos e antropólogos da Universidade McGill, para renomear na língua Cree designações territoriais e da geografia local.

Isso significa a proteção de um modo de vida simples e sem estar preso ao uso de tecnologias avançadas e ao poder da organização burocrática;
- atuação no movimento internacional dos povos indígenas.

A história recente mostra que o modo de vida antes rejeitado e marginalizado dos Cree foi construído, acrescido e afirmado através das dinâmicas de competição política, da resistência, dos desentendimentos e da solidariedade de simpatizantes com a sua causa.

Conclusão

A resposta dos Cree às duas crises mais importantes – o desenvolvimento de hidrelétricas e a inclusão forçada em um eventual Quebec independente – ilustra como as políticas indígenas podem frear as ambições de um Estado. É importante sublinhar que essa nova sociedade Cree, que emerge desses processos, não consiste em uma síntese entre a burocracia e a tradição que, por sua vez, poderia conduzir a administrações ineficientes. Ao contrário, a particularidade das administrações Cree é que elas funcionam, apesar do isolamento geográfico e da cultura distinta no cenário nacional. Isso representa um potencial real de influência sobre o controle do Estado e de resistência ao processo de assimilação.

Referências Bibliográficas

NIEZEN, Ronald. *Defending the Land: Sovereignty and Forest Life in James Bay Cree Society*. 2. ed. New Jersey: Pearson Education, 2009.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. *O Índio e o Mundo dos Brancos*. 4. ed. Campinas, SP: Unicamp, 1996.

RAMOS, Alcida Rita. *Indigenism: Ethnic Politics in Brazil*. Madison: University of Wisconsin Press, 1998.

RIBEIRO, Darcy. *As Américas e a Civilização*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1970.

RIBEIRO, Darcy. *Os Índios e a Civilização: A Integração das Populações Indígenas no Brasil Moderno*. Petrópolis: Vozes, 1979 [1970].